

MOBILIZAÇÕES PELA COLETIVIZAÇÃO DA TERRA NAS PERIFERIAS DO RURAL: AS AÇÕES DA LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP) NO BRASIL

MOBILIZATIONS FOR LAND COLLECTIVIZATION IN THE RURAL PERIPHERIES: THE ACTIONS OF THE LEAGUE OF POOR PEASANTS (LCP) IN BRAZIL

Joana Tereza Vaz de Moura¹

<https://orcid.org/0000-0001-9561-1063>

Bruna Raquel Torquato Pinho²

<https://orcid.org/0009-0005-4710-1532>

Matheus Henrique da Costa Gomes³

<https://orcid.org/0009-0001-3413-4539>

RESUMO

A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) é um movimento de luta pela terra, criado formalmente em 1999, com expressiva atuação no Norte e Nordeste do Brasil, especialmente em Rondônia, Pará, Alagoas e Pernambuco. Este artigo analisa as mobilizações da LCP entre 2020 e 2023, explorando suas dinâmicas e estratégias para rearticular os sentidos da luta pela terra no Brasil. A pesquisa utilizou dados do banco Dataluta, composto por registros de notícias obtidas via *Google Alerts* e documentos do movimento. Os resultados revelam que a LCP atua principalmente por meio de ocupações de terra e notas de denúncia contra a violência sofrida, sendo as principais bandeiras a luta pela terra e a reforma agrária. Conclui-se que essas pautas devem integrar as agendas governamentais e mobilizar a sociedade para enfrentar as desigualdades agrárias.

1 Doutora em Ciência Política. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: joana-tereza@gmail.com

2 Mestre em Estudos Urbanos e Regionais. Doutoranda no Instituto de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: bruna.rtp@hotmail.com

3 Graduado em Gestão de Políticas Públicas. Cursando Especialização em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: matheuscosta524@gmail.com

Palavras-chave: questão agrária; luta pela terra; movimentos socioterritoriais; Liga dos Camponeses Pobres; violência no campo.

ABSTRACT

The League of Poor Peasants (LCP) is a land struggle movement formally established in 1999 with significant activity in the Northern and Northeastern regions of Brazil, especially in Rondônia, Pará, Alagoas, and Pernambuco. This article analyzes the mobilizations of the LCP between 2020 and 2023, exploring its dynamics and strategies to reshape the meanings of the land struggle in Brazil. The research used data from the DATALUTA database, consisting of news records obtained via Google Alerts and documents of the movement. The results reveal that the LCP acts especially through land occupations and statements of denunciation against the violence suffered, with the main causes being the fight for land and agrarian reform. It is concluded that these issues should be integrated into government agendas and mobilize society to confront agrarian inequalities.

Keywords: agrarian issue; land struggle; socioterritorial movements; League of Poor Peasants; violence in the countryside.

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2025, faz-se memória aos 30 anos do massacre de trabalhadores camponeses em Corumbiara, Rondônia. Esse caso, com repercussão nacional e internacional, reforça e reafirma a violência relacionada à questão agrária no Brasil, caracterizada desde a chegada dos portugueses no país. De lá para cá, a situação no campo teve pouca alteração, especialmente no que se refere aos conflitos por terra. A questão agrária não pode ser compreendida sem a expressão dos conflitos, numa disputa constante entre dois diferentes sistemas que são o agronegócio e o camponesinato (Fernandes, 2005).

A luta pela terra no Brasil não é apenas uma disputa material, mas um confronto ideológico que define modelos de desenvolvimento, relações de poder e pertencimento territorial. Desde a consolidação do agronegócio como modelo econômico hegemônico, o país tem vivenciado um recrudescimento dos conflitos no campo, evidenciados pelo aumento de despejos, judicialização e criminalização de movimentos camponeses. Essas tensões refletem as desigualdades estruturais da sociedade brasileira, em que a concentração fundiária historicamente marginalizou as populações do campo e reforçou a exploração de seus territórios para interesses corporativos.

Nesse contexto, a análise das dinâmicas da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) entre 2020 e 2023 ganha relevância, pois o movimento tem desempenhado um papel importante na resistência contra as forças que perpetuam a desigualdade agrária, especialmente no Norte de Minas Gerais e nas regiões Norte e Nordeste do país. De acordo com Girardi (2008), os movimentos socioterritoriais são os principais sujeitos que tensionam estes conflitos hoje em dia, uma vez que buscam pautar modelos de desenvolvimento contrários ao modelo hegemônico neoliberal. Nesse sentido, a Liga dos Camponeses Pobres, como expressão da luta no campo, foi criada formalmente em 1999, de uma junção de antigos

militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)⁴ e camponeses que eram militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que, após o Massacre de Corumbiara, se afastaram do movimento.

Esses “novos” movimentos camponeses formam-se a partir de conflitos ideológico-políticos que foram surgindo, especialmente no interior do MST, e vão se tornando mais expressivos paulatinamente à medida que se intensifica a problemática da questão agrária no país, com destaque para a apropriação dos territórios camponeses pelo agronegócio (Silva, 2014). Compreende-se que a LCP se configura como um movimento socioterritorial porque tem como característica principal a disputa pela terra e pelo território, no sentido de sua apropriação. Ou seja, a luta pelo território se apresenta como a estratégia central para a realização dos objetivos do movimento, ao mesmo tempo que o território produz a sua identidade (Halvorsen, Fernandes; Torres, 2021).

Apesar do avanço nos estudos sobre movimentos socioterritoriais, poucas pesquisas abordam detalhadamente as especificidades da LCP no período recente. A maioria das análises concentra-se no MST, negligenciando as nuances de outros movimentos que operam em condições de maior vulnerabilidade e enfrentam repressões mais intensas.

Esta lacuna justifica a relevância deste artigo, que contribui para o entendimento das “periferias rurais” como espaços de resistência e inovação social. Compreende-se este conceito como um território geográfico cujas características principais se referem à distância em relação aos centros de poder e ao foco da mídia, espaços esquecidos pelas políticas públicas, onde a pobreza e a desigualdade social estão fortemente presentes. Além disso, trata-se de territórios em que a violência é uma constante na vida da população. Ao explorar as dinâmicas da LCP nesses territórios, ampliamos o debate sobre como os movimentos camponeses contemporâneos estão redefinindo as relações entre terra, poder e identidade.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução: na primeira, indicamos os caminhos metodológicos da pesquisa; na segunda, introduzimos brevemente um histórico da LCP; na terceira, apresentamos os principais resultados e análises das ações do movimento na luta pelo e no território; por fim, as considerações finais.

CAMINHOS DA PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com base em três principais métodos de coleta de dados: a) o banco de dados Dataluta; b) dissertações de mestrado produzidas sobre o movimento; c) documentos da LCP. A escolha pela abordagem qualitativa foi guiada pela necessidade de explorar os significados, as práticas e as estratégias dos movimentos socioterritoriais. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa permite compreender fenômenos sociais complexos por meio da análise de narrativas, ações e documentos.

4 O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) foi um dos principais grupos de luta armada durante o período militar no Brasil. Era formado por antigos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e por estudantes universitários. Ficou famoso em todo o país pelo sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, em 1969. O movimento foi significativamente marcado pela perspectiva revolucionária e tinha um forte cunho militarista, baseado na experiência da Revolução Cubana (Nascimento, 2016).

No caso da LCP, esta abordagem possibilita uma investigação das dinâmicas de resistência e das formas de organização e as motivações políticas dos participantes. O banco de dados Dataluta foi a principal fonte documental desta pesquisa. Esse banco reúne notícias e registros sobre movimentos socioterritoriais no Brasil, sendo atualizado por meio de alertas configurados no *Google Alerts*. As ações coletivas dos movimentos foram categorizadas por uma equipe e foi criado um glossário de ações matrizes e derivadas para a sistematização das notícias, que é fundamental para a pesquisa. Atualmente (2024), o banco contém 11 ações matrizes e 43 derivadas, conforme observa-se no Quadro 1.

Quadro 1 - Ações matrizes e derivadas - Dataluta Agrário 2020-2023.

Ações matrizes	Ações derivadas
Arrecadação de recursos ou execução de serviços	Arrecadação de dinheiro; Assistência técnica rural; Conquista de infraestrutura; Criação de tecnologias socioterritoriais; Doação de alimentos; Doação de produtos; Mutirão; Reflorestamento
Festividades, ritos e lazer	Festividades culturais; Turismo da reforma agrária
Comercialização	Circuitos curtos de comercialização; Mercados institucionais
Comunicativa	Carta aberta; Entrevista concedida; Documento de formação e informação dos movimentos; Nota de denúncia; Nota de repúdio; Nota de pesar; Ofício
Deslocamento coletivo	Marcha; Passeata
Encontro de mediação	Audiência pública; Reunião
Eventos	Assembleia/Plenária; Campanha; Comitê popular; Encontro; Fórum; Jornada de lutas; Premiação
Interseccionalidade institucional	Projetos temáticos; Ocupação de cargos públicos ou candidaturas; Organização de audiência pública; Participação em audiência pública
Judicialização	Audiência; Conquista judicial; Demanda judicial; Derrota judicial; Direito de consulta popular; Orientação jurídica popular; Violência jurídica
Ocupação	Ocupação de canteiro de obras; Ocupação de espaço público; Ocupação de linha férrea; Ocupação de prédio privado; Ocupação de prédio público; Ocupação de terra; Vigília; Tentativa de ocupação de terra; Retomada
Produção	Produção de alimentos saudáveis

Fonte: Moura e Lima (2024).

No que se refere às ações realizadas pela LCP, incluem as notas de denúncia e de repúdio, ocupações, atos públicos e interações judiciais. Nesta primeira verificação dos dados, foram registradas 70 ações entre os anos de 2020 e 2023, uma amostra considerável das ações realizadas pela LCP. A partir da organização destes dados, foram construídos um quadro e um mapa para a melhor exposição e síntese das informações. Além disso, foram selecionadas as notícias que traziam informações mais relevantes sobre essas ações, e destacadas as principais estratégias e narrativas da LCP para justificar sua atuação diante da violência no campo, demarcando a conflitualidade do movimento com os governos, evidenciando as disputas materiais e imateriais.

O método de análise documental envolveu a identificação e a categorização de registros relacionados à LCP, considerando não apenas os eventos documentados, mas os contextos em que estes ocorreram. Utilizou-se o documento “Nosso Caminho” como norte para a compreensão dos aspectos ideológicos do movimento, uma vez que se trata de um documento de orientação a partir das “ideias resultantes da prática social de centenas de companheiras e companheiros militantes revolucionários e das massas populares de diferentes regiões do nosso país” (LCP, 2006, p. 1).

Por fim, como fonte de informação, também se recorreu a dissertações produzidas sobre a LCP no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). As dissertações foram importantes porque registraram o contexto histórico de criação da LCP, além de fornecerem trechos de entrevistas com militantes, que puderam ser utilizadas neste texto para complementar as narrativas recuperadas sobre a luta pela terra do ponto de vista do movimento.

A triangulação de dados – combinando as informações do Dataluta, as dissertações de mestrado e os documentos internos da LCP – foi essencial para garantir maior confiabilidade aos achados. Essa estratégia também permitiu identificar padrões de ação e estratégias recorrentes, facilitando a análise crítica do período 2020-2023.

A LIGA DOS CAMPONESES POBRES: BREVE APRESENTAÇÃO

O movimento socioterritorial denominado Liga dos Camponeses Pobres (LCP) nasceu depois do episódio conhecido como o “Massacre de Corumbiara”, em Rondônia, quando diversos camponeses foram assassinados por latifundiários da região, em 1995. Os camponeses haviam ocupado uma área de terras improdutivas pertencente à fazenda Santa Elina e estavam acampados quando foram surpreendidos por pistoleiros, que atuavam em conjunto com a Polícia Militar (Gomes, 2014; Silva e Mitidiero Junior, 2013). De acordo com Martins (2009, p. 53),

Conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a ocupação foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Corumbiara em 14 de julho, e apenas cinco dias depois houve uma primeira ação envolvendo 40 policiais militares com o objetivo de fazer cumprir um mandado judicial de reintegração de posse ao fazendeiro.

Tratava-se dos inícios já intensos de conflito neste território, contando inclusive com a presença da Polícia Militar e com a Justiça. “A reintegração de posse não foi cumprida porque os camponeses

reagiram ao despejo das famílias e um camponês foi baleado pela PM” (Martins, 2009, p. 53). Assim, deu-se início ao conflito, “a mobilização dos latifundiários tornou-se intensa, inclusive na imprensa, para que a reintegração de posse fosse cumprida” (idem).

De acordo com os trabalhos de Gomes (2014), Medeiros (2009) e Silva e Mitidiero Junior (2013), a resistência por parte dos 600 camponeses que ocupavam a área foi grande diante da intervenção policial. Neste processo, 16 pessoas foram mortas, incluindo uma criança, configurando-se como um dos conflitos mais violentos pela terra no país e marco para diversos movimentos socioterritoriais agrários.

Martins (2009) destaca que as famílias que estiveram presentes no conflito da Fazenda Santa Elina foram assentadas em diversos municípios do Estado, mas sempre continuaram a relembrar o ocorrido e reivindicar indenizações (Martins, 2009). Muitos camponeses que participaram deste processo se organizaram em torno do Movimento Camponês Corumbiara (MCC) (Gomes, 2014). Esse movimento, assim como diversos movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, se organizou internamente com base em princípios revolucionários, mas, “com o passar do tempo, deu-se uma luta política interna da qual resultou um rompimento de uma parte da direção. As pessoas que romperam com este movimento conformaram a LCP” (Gomes, 2014, p. 18), no ano de 1999.

O documento da LCP, intitulado “Nosso Caminho”, escrito em 2000, depois revisado em 2006 e 2018, mostra que a articulação entre os movimentos camponeses e o Estado brasileiro foi um dos fatores que levou à construção de um movimento que tivesse autonomia. Nesse documento é destacada a orientação ideológica do grupo, que se identifica como um movimento revolucionário que não se alia a partidos “oportunistas”, como o Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo (LCP, 2006). Para os membros da LCP,

O caminho revolucionário [seria] o único capaz de efetivamente conquistar a terra, através da destruição completa do latifúndio, por apoiar-se num programa revolucionário de transformações para o campo e por considerar os camponeses pobres como a força principal para as transformações democráticas revolucionárias de nosso país, assentadas na aliança operário-camponesa (LCP, 2006, p. 1).

O movimento então vai se constituindo a partir de grupos dissidentes de outros movimentos, colocando centralidade em um programa de ação com o lema de luta pela “Revolução Agrária”, buscando se distanciar da pauta da Reforma Agrária liderada pelo MST. A dissertação de Gomes (2014) traz um depoimento de um militante da LCP sobre a identificação com a Revolução Agrária, que é ilustrativo das narrativas do movimento e de como os camponeses têm acesso à terra para que possam produzir para sua subsistência. Na entrevista consta que:

Se tem uma fazenda ali que é improdutiva, ninguém trabalha nela, só é capoeira, mato... um lugar que tem que ser explorado. Daí o MST acampa ali ao lado, esperando a decisão do governo. Daí fica 10, 20 anos ali acampado e ninguém dá decisão nenhuma. E nós trabalha por conta própria, nós chega e peita mesmo, e abre aquele trem e enfia de esperar. Aí o governo tem que dar o pulo dele! Mandar uma cesta básica, arrumar médico e por aqui pra dentro. Vem médico lá. São tudo é providência deles lá. Tá vendo que o povo precisa. [...] E se nós estivesse acampado lá, ao redor da fazenda? Do lado de fora? Que assistência nós ia ter? Então eu acho que o MST trabalha errado. No meu ponto de vista... agora... por que nós viemos pra cá? Por quê que viemos? Porque aqui, ninguém morava aqui, era só capoeira e cacau abandonado, e não tinha ninguém pra tomar conta. Nós viemos porque a terra era improdutiva, aí o povo entrou e... tá aí! Fez a área produzir! (EDSON LUIS) (Gomes, 2014, p. 96, grifo nosso).

A LCP demarca em seus escritos que o Massacre de Corumbiara foi o divisor de águas sobre a luta pela terra no país, enfocando que, de um lado teria os movimentos camponeses que se articulam com o Estado “burguês” e, de outro lado, um “autêntico movimento camponês combativo” (LCP, 2006, p. 2). Portanto, em todas as suas ações a LCP tem buscado enfatizar a sua característica disruptiva, com caráter revolucionário.

AS AÇÕES DA LCP E A DISPUTA PELO E NO TERRITÓRIO NO CONTEXTO ATUAL

Com a intensificação da violência no campo durante o período analisado, Rondônia (RO) emergiu como palco principal da atuação da LCP, com estratégias que não só respondem às condições locais, mas que desafiam políticas nacionais que favorecem o latifúndio e a exploração predatória de recursos. Historicamente no Brasil, a política agrícola, com seus instrumentos como crédito rural e seguro rural, por exemplo, tem sido usada para apoiar o desenvolvimento de grandes propriedades. Os latifúndios foram se desenvolvendo tendo o Estado como aliado, garantindo sua sobrevivência e evocando sua produção como o “motor do desenvolvimento” do país. Entretanto, este modelo de desenvolvimento hegemônico tem causado diversos impactos socioterritoriais, conforme destacam Fernandes, Welch e Gonçalves (2012, p. 9):

O modelo de desenvolvimento da agricultura por meio da produção de *commodities* proporciona um maior rendimento da exploração agrícola, mas também é responsável por graves impactos sociais e ambientais no que se refere à expropriação, com a concentração do uso do solo e da água.

Diante deste cenário, diversas organizações camponesas se constituíram e têm pautado em suas lutas cotidianas a necessidade de políticas para o reconhecimento e desenvolvimento dos territórios camponeses. A resistência articulada pela LCP demonstra como os movimentos camponeses contemporâneos operam na interseção entre ação local e crítica sistêmica, configurando-se como agentes transformadores em um cenário de alta vulnerabilidade.

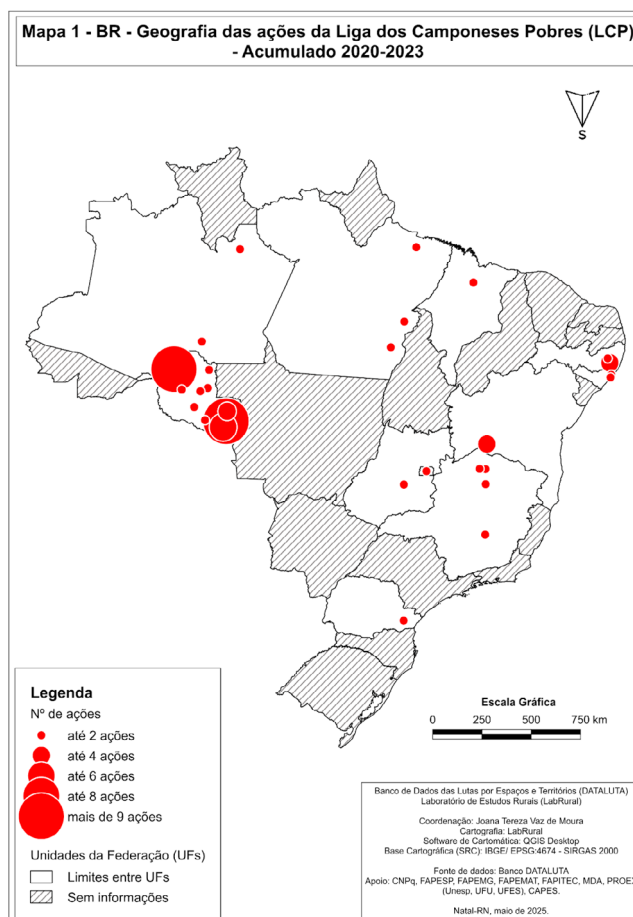
Especialmente em um contexto de crise sanitária com a pandemia da covid-19 (2020-2022), em que nenhuma ação em prol dos grupos mais vulneráveis da sociedade veio do Governo Federal. Ao contrário, foi um período em que Jair Bolsonaro (PL), então Presidente, atacou fortemente os movimentos camponeses, num processo combinado e articulado com o agronegócio. De acordo com Moura, Freitas e Martins (2024, p. 631), esses anos podem ser considerados como um momento crescente do autoritarismo e conservadorismo no país, “que se expressou nas pautas dos apoiadores do Bolsonaro: violência no campo, aumento do uso dos agrotóxicos, apoio aos latifundiários, devastação ambiental”.

Nesse sentido, analisar as ações da LCP oferece subsídios para compreender como movimentos socioterritoriais reconstróem narrativas e práticas em torno da terra, da justiça social e da soberania territorial. O movimento, assim como outros que lutam pela terra no Brasil, tem sofrido constantes ataques midiáticos, mas também no campo político. Em 2023, o então deputado federal Marcos Pollon (PL/MS) protocolou um requerimento na Câmara dos Deputados sobre “ações adotadas para

combater o grupo terrorista a ‘Liga dos Camponeses Pobres’” (Câmara dos Deputados, 2023). Trata-se de uma ofensiva significativa contra os movimentos socioterritoriais agrários, especialmente vindos da direita conservadora e das mídias hegemônicas no país. Diante de uma realidade marcada pela reprodução de relações sociais contraditórias e desiguais, a LCP vem construindo suas estratégias para resistir à desterritorialização e à violência no campo.

Entre os anos de 2020 e 2023, a Liga dos Camponeses Pobres protagonizou uma série de ações que ilustrou tanto sua radicalidade quanto sua resistência frente à repressão. Ao todo, foram registradas 71 ações que envolveram a LCP entre os anos selecionados. O ano de 2021 foi o que teve o maior número de ações, contabilizando 46, e os anos de 2020 e 2022 foram os com o menor número de ações registradas, somente sete e seis, respectivamente. Em 2023, foram contabilizadas 12 ações. A espacialidade dessas ações pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1 – Quantitativo das Ações da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) no Brasil – Acumulado 2020-2023.



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de dados do Banco Dataluta (Nera, 2025).

Observa-se no mapa a centralidade da atuação do movimento na região Norte do país (foco em Rondônia), algumas ações na região Nordeste (Pernambuco, Alagoas, Bahia e Piauí), Sudeste (principalmente no norte de Minas Gerais) e na capital federal. Esses dados coincidem com o que já foi apontado nos estudos realizados por outros pesquisadores, conforme pontuado no item anterior. Especialmente em Rondônia, por ser o estado embrionário do movimento, as ações têm acontecido com maior repercussão midiática, portanto aparecendo mais no banco de dados Dataluta. Além disto, o estado de Rondônia contabiliza diversos conflitos históricos desde o processo de colonização desta região do Brasil, uma “colonização [...] destinada principalmente às grandes fazendas agropecuárias, [portanto] o tensionamento pela posse da terra vai se dar em vários locais” (Medeiros, 2009, p. 49). Os conflitos continuaram presentes e a atuação da LCP tem sido importante para pressionar o Estado e para denunciar os abusos e violências policiais.

As principais ações da LCP atualmente se referem às ações de comunicação, através da utilização de notas de denúncia e repúdio sobre a violência no campo. Ao todo, foram 22 notas de repúdio elaboradas pela LCP e publicadas em mídias alternativas, especialmente no jornal *A Nova Democracia*. Além das ações de comunicação, a LCP também atuou em diversos tipos de ocupação, como as ocupações de terra, de prédios públicos e privados e acampamentos, sinalizando a importância da organização coletiva para demandar terra. As ocupações realizadas pela LCP destacam-se pelo simbolismo que carregam enquanto ações de resistência camponesa. Os bloqueios de vias também são estratégias utilizadas pelos movimentos socioterritoriais para garantir a sua visibilidade e foram utilizados pela LCP no período analisado. Algumas outras ações, como acesso à justiça, encontros, marchas e passeatas também aparecem no banco de dados e mostram a diversidade de táticas utilizadas pela LCP para pautar a luta pela terra e a violência no campo. A diversidade das ações e suas principais pautas podem ser visualizadas no Quadro 2.

Quadro 2 – LCP - Ações matrizes e derivadas e principais pautas (2020-2023).

Ações matrizes	Ações derivadas	Pautas
Comunicativa	Nota de repúdio; Nota de denúncia; Carta aberta; Entrevista concedida; Nota de pesar; Documento de formação e informação dos movimentos	Luta pela terra; Violência no campo; Despejo; Defesa da democracia; Regularização fundiária; Memória de luta; Solidariedade; Resistência à desterritorialização
Deslocamento coletivo	Marcha; Passeata	Grilagem de terras; Luta pela terra
Encontro	Reunião	Violência no campo; Solidariedade internacional
Eventos	Festividades culturais; Encontro; Campanha; Assembleia/ Plenária	Luta pela terra; Violência no campo; Resistência à desterritorialização; Solidariedade; Regularização fundiária
Judicialização	Derrota judicial; Demanda judicial	Luta pela terra
Ocupação	Acampamento; Ocupação de terra; Ocupação de espaço público; Bloqueio de vias; Ocupação de prédio público; Ocupação de prédio privado; Retomada	Luta pela terra; Infraestrutura; Desterritorialização; Reforma agrária

Fonte: Elaboração própria (2025).

A análise dos dados apresentados no quadro dois possibilitou uma caracterização geral das ações matrizes e derivadas a partir de exemplos, conforme a seguir:

1 COMUNICAÇÃO

As ações de comunicação foram estratégias centrais do movimento. Entre 2020 e 2023, foram emitidas notas de denúncia e de repúdio em resposta a ações violentas de despejo, prisões arbitrárias e assassinatos de camponeses. Essas notas são frequentemente divulgadas em redes sociais e em canais de comunicação alternativos. A emissão de notas de repúdio e de denúncias pela LCP revela um esforço sistemático de disputar narrativas no campo político e midiático.

Essas notas têm um papel fundamental na construção de uma identidade coletiva camponesa, reforçando valores de resistência e solidariedade. Além disso, sua ampla disseminação em canais alternativos, como jornais independentes e redes sociais, evidencia a tentativa de criar contranarrativas para combater o silenciamento imposto pelos meios tradicionais de comunicação. A partir das notícias trabalhadas, é possível observar a pouca (ou inexistente) presença de ações relacionadas à LCP nos grandes veículos hegemônicos de comunicação, cabendo a eles se aproximarem ou terem apoios alternativos, como nos casos dos jornais *A Nova Democracia*, *Resistência Camponesa* e *Nova Cultura*.

Como exemplo, destaca-se uma nota de denúncia contra um ataque ao Acampamento Osmir Venuto, em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, em janeiro de 2021. De acordo com a nota, casas foram queimadas e pessoas feridas com a invasão do acampamento por um grupo de pistoleiros que usavam roupas camufladas (*A Nova Democracia*, 2021a). Segundo a notícia, o território foi ocupado pelas famílias camponesas em 2013 e fazia parte de uma antiga fazenda de um latifundiário conhecido na região por grilagem de terra, inclusive que teria sido comprovado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O conflito no território é constante e no contexto do governo Bolsonaro a violência teria sido maior. A Comissão Nacional das Ligas de Camponeses Pobres ressaltou na nota o poder da grilagem no estado do Pará: “Não custa lembrar: no Pará, e particularmente nesta região, a fraude nos grilos é tão gritante que nos cartórios de registro de imóveis estão falsamente documentadas áreas que, somadas, ultrapassam 4 vezes a área do estado” (*A Nova Democracia*, 2021a, n.p.). Nessa mesma nota, a LCP ainda reafirma seu compromisso com a luta da classe camponesa e sua indignação com os governos brasileiros, mesmo os progressistas, que estariam abertamente aliados aos latifundiários. Segundo o movimento,

A região é o berço do agrupamento paramilitar, braço armado do latifúndio, conhecido por UDR (União Democrática Ruralista), que jamais foi desmontado por Itamar, FHC, Lula, Dilma e Temer, e que agora tem seu chefe Nabhan Garcia, miliciano e assassino, comandando a Secretaria de Assuntos Fundiários de Bolsonaro (*A Nova Democracia*, 2021a, n.p.).

As denúncias feitas pela LCP nestas notas resgatam o caráter revolucionário do movimento, que busca se diferenciar de outras entidades por não se aliar ao Estado que, para eles, seria um braço do grande capital e que “massacra os camponeses” (*A Nova Democracia*, 2021a). Porém, para o movimento, esta luta deve ser articulada com outros grupos sociais que sofrem as mesmas violências, como os quilombolas, indígenas etc., que deveriam conformar uma frente única de lutas contra a repressão. Para a LCP, “enquanto não acabar de vez tanto roubo de terras, tanta exploração e tanta injustiça, vai brotar e surgir com força redobrada a luta pela terra de camponeses, indígenas e quilombolas e atingidos por mineração e barragens” (*A Nova Democracia*, 2021a, n.p.).

Ainda entre as ações de comunicação, encontram-se também no banco de dados cartas abertas elaboradas conjuntamente com entidades de apoio ao movimento, como a Associação Brasileira dos Advogados do Povo Gabriel Pimenta (ABRAPO), para repudiar ações do governo de Rondônia contra camponeses. Em uma carta divulgada em abril de 2021, a ABRAPO buscava

demandar ao Ministério Público a investigação dos crimes anunciados e praticados pelo Governo de Estado e pelo Secretário de Segurança Pública de Rondônia sobre a reintegração de posse contra o Acampamento “Manoel Ribeiro”, em Chupinguaia, Rondônia (*A Nova Democracia*, 2021b). Segundo a Associação, “várias violações de direitos e crimes são cometidas contra os camponeses, pelo Comando da Polícia Militar” (idem).

Essas parcerias são fundamentais para os movimentos socioterritoriais e produzem maiores efeitos na divulgação de violências sofridas contra os camponeses. Na carta aberta, a entidade coloca o campesinato como sujeito central ao sinalizar que:

[...] a luta pela terra é um direito legítimo previsto na Constituição Federal e são os camponeses pobres que de fato dão a destinação social constitucional à propriedade quando ocupam e transformam área improdutiva em área produtiva (*A Nova Democracia*, 2021b, n.p.).

Portanto, estas articulações entre a LCP e outras entidades na elaboração de cartas abertas possibilitam uma leitura mais geral da realidade vivenciada pelo movimento. As cartas abertas são explicitadas como forma de dialogar com a sociedade sobre a questão agrária no país. As pautas que foram destacadas nas ações de comunicação referem-se, em sua maioria, à luta pela terra e a violência no campo, mas foram identificadas ainda pautas contra o despejo e a desterritorialização, em defesa da democracia e a solidariedade a outros grupos, como quilombolas e indígenas. Uma das ações de comunicação estava relacionada diretamente à pauta da memória de luta, ou seja, o movimento produzindo notas que lembraram episódios de conflitos e violência, no sentido de não deixar que a população brasileira esquecesse determinados acontecimentos.

2 OCUPAÇÃO

As ocupações foram o segundo tipo de ação mais utilizado pela LCP, conforme observado no banco de dados. Dentre as ocupações, destacam-se as ocupações de terra, bloqueio de vias, ocupações de espaço público e de prédios públicos e privados. As ocupações de terra tiveram destaque no estado de Rondônia, onde a LCP tem forte atuação. O movimento visou grandes propriedades improdutivas, reivindicando o uso da terra para a reforma agrária.

Dados coletados indicam que, entre 2020 e 2023, ocorreram ao menos 15 ocupações significativas promovidas pelo movimento. As ocupações foram frequentemente acompanhadas de resistência organizada, em que a LCP mobilizou camponeses para permanecerem nas terras ocupadas, mesmo diante de ameaças de despejo ou violência por parte de proprietários e forças de segurança.

Como exemplo, a reocupação da área do Acampamento “Tiago dos Santos”, localizada em Nova-Mutum Paraná, no estado de Rondônia, em que mais de 300 famílias participaram da retomada do seu território. De acordo com a nota do jornal *A Nova Democracia* (2020a), o local tinha sido alvo de uma tentativa de despejo, desaparecimentos e prisões de trabalhadores que ali viviam. A Liga dos Camponeses Pobres estava à frente desse processo buscando organizar e reivindicar seus direitos. De acordo com o site do Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, da Fiocruz, os direitos humanos de trabalhadores rurais do Acampamento “Tiago dos Santos” estavam sendo constantemente desrespeitados por grileiros e pelo poder público.

A literatura aponta que a luta pelo território envolve estratégias que combinam ocupação, produção agroecológica e mobilização política. Estudos recentes, como os de Halvorsen, Fernandes e Torres (2021), destacam a importância da articulação entre as práticas locais e os debates globais, como a soberania alimentar e os direitos humanos. De acordo com os dados do Dataluta, além das ocupações maiores e mais emblemáticas, como a do Acampamento “Tiago dos Santos”, várias ocupações menores ocorreram em regiões periféricas, em áreas menos visadas pela grande mídia.

Essas ocupações cumprem um duplo papel: garantir acesso à terra para os camponeses e expor as contradições do modelo agrário brasileiro. Além de resistirem fisicamente, as famílias camponesas enfrentaram estratégias de intimidação, como prisões e desaparecimentos. Especificamente no caso referenciado do Acampamento, a CPT publicou em nota o acontecimento, mostrando a violência predominante relacionada à questão agrária no país. O fato aconteceu em 2022, quando um casal de camponeses foi assassinado. Ainda de acordo com a CPT (2022), o local é cercado de muita tensão e de conflitos, inclusive com policiais, desde 2018. As disputas de narrativas também seguem sendo atreladas às disputas de poder no campo: por um lado, representantes do Estado buscam criminalizar os movimentos, atribuindo a eles ações violentas; por outro, os movimentos e seus apoiadores constroem suas narrativas em torno da problemática da exploração ambiental e das resistências no campo. De acordo com a coordenadora da CPT:

Não tenho nem dúvida de que é uma tentativa de criminalização. Atribuir que um ataque à Polícia Ambiental é uma ação da LCP, eu duvido muito. Eu acho que é mais algo de crime voltado para essa questão do roubo da madeira e das invasões nessas áreas de reservas. É mais uma tentativa de criminalização do movimento (rural) no estado de Rondônia”, afirmou a coordenadora que atua com os movimentos populares há mais de 20 anos (CPT, 2022, p. 1).

Este episódio revela a violência no campo explícita e como esses casos não são divulgados pela grande mídia corporativa, nem se tornam relevantes para investigações policiais por parte do Estado. A coordenadora da CPT reforça este aspecto e mostra como essas questões não fazem parte da agenda dos governos como deveriam. Para ela, especialmente no caso de assassinatos de lideranças dos movimentos, “não tem uma investigação policial séria, não há um julgamento ou uma sentença. No ano passado, foram 13 assassinatos e 7 foram de ação direta, execução e massacres da polícia” (CPT, 2022, p. 1). Percebe-se que a luta pelo território transcende a dimensão física, envolvendo também disputas narrativas em torno da legitimidade das ocupações.

Os bloqueios de vias, assim como as ocupações de terra, são estratégias importantes dos movimentos socioterritoriais e estão ligados à pauta da infraestrutura. No período analisado, foram realizados em quatro momentos, um em 2020 e três em 2021. Nos demais anos não foram registrados este tipo de ação. Em um dos bloqueios realizados em parte da rodovia BR-174, no estado do Amazonas, em 2022, militantes da LCP protestaram contra as condições intrafegáveis e problemas na infraestrutura dos ramais da estrada que ligaria as comunidades camponesas ao município de Presidente Figueiredo, a 119 km de Manaus.

De acordo com o movimento, desde 2020 diversas comunidades têm apresentado queixas contra a situação das estradas, mas sem soluções (A Nova Democracia, 2022). Essa situação foi registrada em vídeo por um militante, que reforçou a falta de atenção da prefeitura com o fato, dificultando a comercialização dos produtos da agricultura camponesa no território. De acordo com ele, “não tem estrada para rodar [...]. A única coisa que a prefeitura pode fazer e não faz é isso aqui. Isso aqui não é de hoje, é uma vida toda. São 20 anos desse jeito aqui” (A Nova Democracia, 2022, n.p.).

Entretanto, a maioria das ações de ocupação protagonizadas pela LCP teve como pauta principal a luta pela terra, pela reforma agrária e contra os processos de desterritorialização. Em um dos bloqueios de via, realizado em 2021, observou-se um protesto feito por militantes da LCP em articulação com a Frente Nacional de Lutas Campo e Cidade (FNL), que buscava pressionar o Governo federal por avançar na pauta da reforma agrária no país. De acordo com a notícia, os manifestantes também carregavam faixas contra o então presidente Jair Bolsonaro. Nas faixas, lia-se: “Abaixo o governo militar genocida de Bolsonaro” (BR-104, 2021), numa ofensiva explícita contra as ações governamentais do presidente, tanto no campo quanto na cidade, num contexto da pandemia da covid-19, em que muitas mortes aconteceram pelo descaso do governo.

3 EVENTO

Mesmo recorrentemente tendo que agir de maneira disruptiva contra tentativas de despejos, violência policial e situações de insegurança, os movimentos socioterritoriais agrários, que tem como principal pauta a luta pela terra, também se organizam internamente de modo a realizar encontros, campanhas, festividades culturais, seminários, entre outros tipos de eventos. Esses eventos resgatam a simbologia do movimento, são espaços de diálogo e de interlocução, além de reunir e articular pessoas, fortalecer a identidade do grupo e aumentar a participação ativa dos membros. De acordo com o documento da LCP (2006, p. 12), busca-se com os eventos “estimular, organizar e promover ao máximo as atividades esportivas, de lazer e de cultura (artes e literatura) para assegurar um completo e sadio desenvolvimento das massas, particularmente à juventude e às crianças”.

Entre 2020 e 2023, a LCP realizou cinco eventos, conforme o banco de dados. Destaca-se uma festa realizada no acampamento “Manoel Ribeiro” em celebração ao Dia das Crianças, mas que também foi um momento de relembrar o assassinato de uma menina de sete anos pela Polícia Militar e pistoleiros, em 1995, durante a “Heroica Resistência Camponesa de Corumbiara” (A Nova Democracia, 2020b). O ato também foi marcado pela leitura de um texto em homenagem à criança e que, entre outras coisas, destacava a importância da luta camponesa contra o latifúndio e a opressão estatal. Dizia o seguinte, em um dos seus trechos:

Quantas Vanessas o Estado da burguesia e dos latifundiários já assassinou de fome, de frio e de bala? Porque eles matam as Vanessas? Porque eles acham as Vanessas perigosas! Eles mesmos dizem que as crianças são o futuro do Brasil. Mas, quando falam isso pensam apenas nos filhos dos burgueses e latifundiários. [...] Vanessa caiu na terra e outras Vanessas nasceram. Outras crianças, mulheres. Elas não são o futuro, mas o presente. O presente que, com luta e determinação constrói o futuro deste Brasil sem latifúndio, sem opressão [...] Vanessa está em todas as crianças camponesas! Vanessa está nas mulheres lutadoras! (A Nova Democracia, 2021b, n.p.).

Os movimentos socioterritoriais estão cada vez mais inserindo em suas frentes as pautas feministas, mostrando a importância das mulheres na atividade camponesa e como pilar estrutural das lutas cotidianas. A LCP reafirma este compromisso em seu discurso, inclusive fomentando coletivos de mulheres dentro de suas estruturas organizativas. Em seu documento (LCP, 2006), assinala que é fundamental “desenvolver e estimular a organização das mulheres, da juventude e das crianças, construindo-se para isto organizações específicas que possam zelar pela maior atividade destes setores”. Os eventos, portanto, além de serem espaços de socialização, são espaços de produção de novas possibilidades de luta e de resistência, de protestos e de articulações para outras ações.

Assim como as demais ações, os eventos tiveram como pauta central a luta pela terra e a violência no campo. No entanto, também se destacaram pelo caráter solidário, especialmente em situações de repressão a acampamentos, quando militantes da LCP, em articulação com outras organizações, divulgam cartas de apoio aos companheiros de luta.

Por fim, com apenas dois registros no banco de dados, ações da LCP envolveram também as ações matrizes: Judicialização, Deslocamento coletivo e Encontro. Os dois processos judiciais durante o período analisado foram consequência das ocupações de terra, que resultaram em ações de reintegração de posse movidas por proprietários rurais. A LCP denunciou a judicialização das lutas como uma tentativa de criminalizar suas ações e desmobilizar os camponeses. A judicialização da luta pela terra é uma das formas mais evidentes de repressão indireta enfrentada pela LCP. Cada ação judicial, como as de reintegrações de posse registradas, representa não apenas um obstáculo físico, mas uma tentativa de desgaste emocional e financeiro para os camponeses e seus apoiadores. Em entrevistas e documentos analisados, lideranças da LCP destacaram que a morosidade dos processos e a parcialidade de decisões judiciais frequentemente favorecem proprietários de terra, dificultando a consolidação de territórios ocupados.

O deslocamento coletivo, identificado em uma passeata e uma marcha realizada pela LCP, destaca que a luta pela terra mantém sujeitos coletivos organizados em atos estratégicos de visibilidade. Uma passeata realizada por estudantes vinculados à LCP no Pará, em 2021, denunciou as ações policiais contra os camponeses em luta pela terra organizados pela LCP. Na passeata figuravam cartazes e faixas demonstrando solidariedade aos camponeses e exigindo punição aos assassinos. Noticiada pelo jornal *A Nova Democracia* (2021c), a ação teve apoio do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), que prestou solidariedade aos camponeses. Segundo a entidade, o fato “trata-se de uma ação criminosa, coordenada pelo Estado, contra a luta pelo acesso à terra, onde historicamente o latifúndio impõe sua regra e lógica de morte” (*A Nova Democracia*, 2021c, n.p.).

A ação matriz “Encontro” envolveu uma reunião popular, em 2023, em que foi decidido pelos militantes o apoio à causa palestina. No momento, ergueram a bandeira da Palestina junto à bandeira da Liga dos Camponeses Pobres em local de destaque na sede da área Revolucionária “José Ricardo”, Agreste de Pernambuco. De acordo com a notícia, os camponeses discutiram “sobre a Heroica Resistência Nacional do Povo Palestino e tomaram posição em defesa do justo direito de lutar pela libertação nacional contra os invasores sionistas” (*A Nova Democracia*, 2023, n.p.).

Todas as ações descritas refletem as dinâmicas protagonizadas pela LCP nos últimos anos, atuando em diversos momentos com outros atores importantes que pautam a luta da terra no Brasil.

A articulação da LCP com redes de apoio, como organizações de direitos humanos, foi crucial para trazer visibilidade ao caso e impedir a desmobilização completa das famílias.

No caso da LCP, esta articulação é evidente nas ocupações de terras improdutivas e nos esforços para criar redes de solidariedade em áreas periféricas. Além disso, o movimento organizou eventos de resistência, como marchas e assembleias populares, em estados como Rondônia, Pará e Pernambuco. Tais eventos visam criar redes de solidariedade e fortalecer a identidade camponesa. Outro exemplo relevante é o mutirão de reflorestamento em uma área ocupada em Porto Velho, que combinou práticas sustentáveis e reivindicações territoriais.

Essas ações ilustram como a LCP transforma as “periferias rurais” em espaços de inovação social e resistência coletiva. Outra característica marcante da LCP é a construção de uma narrativa revolucionária que questiona o modelo neoliberal de desenvolvimento. Essa narrativa não apenas mobiliza suas bases, mas serve como contraponto às políticas governamentais que favorecem o agronegócio. Nesse sentido, a LCP posiciona-se como um ator central no debate sobre justiça agrária e sustentabilidade no Brasil contemporâneo.

Ao comparar a LCP com o MST, é possível observar diferenças significativas na estratégia e na narrativa. Silva (2014) argumenta que, enquanto o MST prioriza o diálogo institucional, a LCP adota a radicalidade como princípio central. Isso diferencia a LCP em sua abordagem, que privilegia ações de ocupação e resistência como meios centrais de luta. Estudos como os de Souza (2022) indicam que a criminalização do movimento por figuras políticas conservadoras intensifica os conflitos e reforça a solidariedade interna e externa à LCP. A criminalização da LCP, como observado na proposta do deputado Marcos Pollon, reflete o impacto político do movimento.

No entanto, esta repressão também evidencia como a LCP desafia estruturas hegemônicas, articulando-se como um agente de transformação social nas periferias rurais. A intensificação do discurso de criminalização contra a LCP entre 2020 e 2023 representa um fenômeno político alinhado ao avanço de setores conservadores no Brasil, ao associar a LCP a práticas terroristas sem apresentar evidências concretas. Essa retórica, amplamente replicada por mídias hegemônicas, busca deslegitimar a luta camponesa e consolidar o apoio público à repressão violenta contra o movimento.

Todas essas ações foram estrategicamente organizadas pela LCP a fim de possibilitar a sobrevivência de muitas famílias que vivem no campo em contextos de conflitos agrários. Os dados desta pesquisa mostram que o movimento sofreu diversos atos de violência no período analisado. As ações do movimento, especialmente em territórios periféricos e negligenciados pelo Estado, apontam para uma crítica mais ampla às políticas de desenvolvimento que agravam desigualdades e favorecem a concentração fundiária. O representante da Liga ainda comenta que, do seu ponto de vista, o movimento foi o único que foi “realmente contrário ao governo Bolsonaro”.

Esta oposição ideológica coloca a LCP em rota de colisão com o sistema político-econômico vigente, tornando-a um alvo constante de repressão. Apesar da repressão e das dificuldades enfrentadas, as ações da LCP demonstram a capacidade do movimento de se adaptar e se reorganizar. A continuidade de ocupações, a ampliação de redes de solidariedade e a resistência frente à violência estatal indicam que o movimento permanece como um ator central na luta pela reforma agrária no Brasil. No entanto, o contexto político atual exige uma análise cuidadosa das estratégias futuras, especialmente em relação à construção de alianças e à ampliação de sua base social.

CONCLUSÕES

O artigo fornece uma visão das dinâmicas, estratégias e narrativas da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) entre 2020 e 2023, destacando seu papel central na resistência camponesa no Brasil. A partir da abordagem qualitativa fundamentada em um banco de dados da Rede Dataluta, na análise documental e em uma entrevista, a pesquisa elucida como a LCP enfrenta as pressões do modelo agrário hegemônico, caracterizado pela concentração fundiária e expansão do agronegócio. A reocupação do Acampamento “Tiago dos Santos” emerge como um exemplo emblemático de resistência e resiliência, revelando a complexidade das disputas territoriais e o impacto da violência estatal e privada sobre comunidades vulneráveis.

A LCP distingue-se por sua radicalidade e postura de confronto, enfatizando estratégias de ocupação de terras improdutivas e ações agroecológicas como formas de combate. Este modelo de resistência combina práticas locais, como hortas comunitárias, com esforços de mobilização política e denúncia de abusos de direitos humanos. Tais ações não apenas garantem acesso à terra, mas constroem narrativas alternativas que questionam a legitimidade das estruturas de poder e promovem a justiça social.

O estudo também enfatiza a criminalização e repressão enfrentadas pela LCP, evidentes nos processos judiciais e na retórica política conservadora que busca deslegitimar o movimento. A análise crítica dos dados do Dataluta demonstra que a judicialização e a violência não são meramente obstáculos para a LCP, mas catalisadores de solidariedade interna e externa, fortalecendo a identidade coletiva camponesa e suas redes de apoio. Ao explorar a atuação da LCP em territórios periféricos, o artigo contribui significativamente para o debate sobre a questão agrária no Brasil. Ele revela como estes espaços, frequentemente negligenciados pelo Estado e pela mídia, se tornam epicentros de inovação social e resistência política.

Por fim, o trabalho evidencia a necessidade de estudos mais aprofundados sobre movimentos socioterritoriais como a LCP, cujas especificidades ainda não são amplamente exploradas na literatura. Ao destacar suas ações e desafios no contexto atual, o artigo documenta a luta pela terra e incita reflexões sobre a construção de um futuro agrário mais justo e equitativo, reforçando a importância de integrar estas mobilizações às agendas governamentais e à conscientização social.

REFERÊNCIAS

- A NOVA DEMOCRACIA. **Camponeses do Acampamento Tiago dos Santos retomam a terra!** 26 out. 2020a. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/camponeses-do-acampamento-tiago-dos-santos-retomam-terra/>. Acesso em: 7 out. 2024.
- A NOVA DEMOCRACIA. **Famílias do Acampamento Manoel Ribeiro celebram Dia das Crianças com muita união, animação e organização.** 7 nov. 2020b. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/familias-do-acampamento-manoel-ribeiro-celebram-dia-das-criancas-com-muita-uniao-animacao-e-organizacao/>. Acesso em: 7 maio 2025.
- A NOVA DEMOCRACIA. **PA: LCP denuncia ataque criminoso contra o Acampamento Osmir Venuto.** 1 jan. 2021a. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/materias-impresas/pa-lcp-denuncia-ataque-criminoso-contra-o-acampamento-osmir-venuto/>. Acesso em: 4 maio 2025.
- A NOVA DEMOCRACIA. **ABRAPO denuncia ilegalidades na megaoperação contra camponeses do Manoel Ribeiro.** 3 abr. 2021b. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/abrapo-importante-comunicado-denunciando-ilegalidades-na/>. Acesso em: 4 maio 2025.
- A NOVA DEMOCRACIA. **Novos apoios à LCP se espalham pelo país.** 25 ago. 2021c. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/novos-apoios-a-lcp-se-espalham-pelo-pais/>. Acesso em: 12 maio 2025.
- A NOVA DEMOCRACIA. **AM: Camponeses são multados por protestar.** 12 ago. 2022. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/am-camponeses-sao-multados-por-protestar/>. Acesso em: 5 maio 2025.
- A NOVA DEMOCRACIA. **PE: Luta camponesa agita o estado com defesa de terras, autodemarcação e atividades pró-Palestina.** 10 dez. 2023. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/pe-luta-camponesa-agita-o-estado-com-defesa-de-terras-e-atividades-pro-palestina/>. Acesso em: 12 maio 2025.
- BR104. **Manifestantes sem-terra bloqueiam rodovia em Messias para cobrar reforma agrária.** 3 maio 2021. Disponível em: <https://www.br104.com.br/messias/manifestantes-sem-terra-bloqueiam-rodovia-em-messias-para-cobrar-reforma-agraria/>. Acesso em: 5 maio 2025.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ações adotadas para combater o grupo terrorista Liga dos Camponeses Pobres (LCP).** 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 27 set. 2024.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Duas pessoas são mortas no acampamento Thiago dos Santos, Distrito de Abunã (RO).** 21 fev. 2022. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2022/02/21/duas-pessoas-sao-mortas-no-acampamento-thiago-dos-santos-distrito-de-abuna-ro/>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2022.** Goiânia: CPT, 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 15 nov. 2024.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do campesinato brasileiro: a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Land governance in Brazil**. Framing the Debate Series, n. 2. Roma: ILC, 2012.
- FIOCRUZ. **Mapa de conflitos, injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Disponível em: <https://mapa-deconflitos.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 7 out. 2024.
- GIRARDI, Eduardo Pietro. Conflitos no campo e os movimentos sociais no Brasil contemporâneo. In: LEITE, Sérgio (org.). **Agricultura familiar: história, avanços e desafios do novo rural brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2008. p. 85-110.
- GOMES, Alisson Dioni. **Conquista da terra: Canaã, a Liga dos Camponeses Pobres em Rondônia e a perspectiva da transformação social no campo**. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.
- HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Haroldo de Oliveira. **The politics of land in contemporary Brazil: dispossession, resistance, and the future of agrarian reform**. New York: Routledge, 2021.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- LCP – LIGA DOS CAMPONESES POBRES. **Nosso caminho**. 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/2006/mes/lcp.htm>. Acesso em: 3 maio 2025.
- MARTINS, Márcio Marinho. **Corumbiara: massacre ou combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MOURA, Joana Tereza Vaz de; LIMA, Wellington Felipe Peres. Ações de solidariedade em busca da justiça social e soberania alimentar: o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil (2020-2022). **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 19, n. 56, p. 345-369, set./dez. 2024.
- MOURA, Joana; ALMEIDA, F. de Freitas; MARTINS, L. Araújo. A radicalização do conservadorismo no campo: uma análise das ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais no Brasil (2020-2022). **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 61, p. 604-638, 2024.
- NASCIMENTO, Higor Codarin. **A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, David Pimentel Oliveira; MITIDIÉRO JUNIOR, Marco Antonio. A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e a espacialização da luta pela terra no campo alagoano. *In: Anais do Encontro do NPGEO “30 anos de contribuição à geografia”*, São Cristóvão: UFS, 2013.

SILVA, José Aparecido da. A Liga dos Camponeses Pobres e a luta pela terra no Brasil: história, trajetória e radicalidade. *In: COSTA, Eduardo Vieira da (org.). Lutas e resistências camponesas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2014. p. 139-158.

SOUZA, Marília Andrade de. A luta pela terra e os movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 67, n. 3, p. 15-35, 2022.

(Recebido para publicação em 24 de março de 2025)

(Reapresentado em 14 de outubro de 2025)

(Aprovado para publicação em 19 de outubro de 2025)